

economia



Observador

Affonso Ritter

aritter20@gmail.com

Vinho tinto para o verão

A enóloga gaúcha Natália Frighetto acaba de lançar o Tinto Lote 01, edição limitada de 1.490 garrafas vinificadas em Caxias do Sul, pensado para ser servido gelado e consumido sem formalidades no verão. Leve, fresco e fácil de beber, o rótulo aposta no corte de Syrah com Chenin Blanc. Com estética minimalista, tampa screw cap e proposta descomplicada, o vinho convida a quebrar regras e circular com naturalidade entre encontros cotidianos e celebrações do calendário quente, refletindo a filosofia do projeto Lote Frighetto: vinhos únicos, marcados pelo momento em que nascem. Mais informações em @lotefrighetto.

A Valduga no exterior

O Grupo Famiglia Valduga participa de três das principais feiras internacionais do setor: Wine Paris, FoodEx Japan e ProWein, entre fevereiro e março. A empresa apresenta rótulos das marcas Casa Valduga, Ponto Nero, Casa Madeira e Brewine Leopoldina, com espumantes premiados, vinhos com Denominação de Origem e opções sem álcool. A ação reforça a estratégia de internacionalização e a presença do grupo no mercado global.

Bom Princípio Alimentos

A Bom Princípio Alimentos encerra 2025 com uma performance financeira e operacional acima das expectativas e reforça um dos ciclos mais relevantes de sua história. A empresa, referência nacional na fabricação de recheios de chocolate, leite e frutas, cremes de avelã, doces de frutas e de leite, geleias e conservas, registrou crescimento superior a 35% no faturamento do ano no comparativo com 2024, superando de forma expressiva a projeção inicial de 25%.

Polishop no Villagio Caxias

Referência em produtos inovadores, a Polishop chega ao Shopping Villagio Caxias no fim do mês de março, trazendo suas conhecidas linhas de cozinha, beleza e fitness. A nova loja terá 102 metros quadrados, localizada na praça de eventos, e já cria expectativa entre o público do maior centro de compras da Serra gaúcha. Polishop foi fundada em 1999.

O Carnaval de R\$ 9 bilhões

O Carnaval deve movimentar cerca de R\$ 9 bilhões na economia brasileira, segundo estimativa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo para a edição mais recente da festa. Ao mesmo tempo, estudos da Fundação Getúlio Vargas apontam que empresas com cultura organizacional estruturada e práticas consistentes de liderança podem reduzir a rotatividade em até 35% e elevar a produtividade em torno de 30%.

Cidadania italiana em Roma

O governo italiano promulgou a Lei nº 11 de 2026, que centraliza os pedidos de reconhecimento da cidadania italiana em um novo órgão, em Roma. A medida entra em vigor no dia 19 de fevereiro de 2026 e provoca mudanças no trâmite para o reconhecimento da cidadania italiana para maiores de idade, residentes no exterior,

Reforma acaba efeito cascata

O ano de 2026 marca o início de implementação da reforma tributária sobre o consumo no Brasil. A mudança altera a cobrança de impostos nas operações com bens e serviços e traz impactos diretos para as empresas, inclusive da construção. O novo modelo elimina o efeito cascata, o chamado imposto sobre imposto, e pode reduzir os custos ao longo da cadeia produtiva e ampliar a competitividade do setor. Quando uma construtora hoje compra tijolo, cimento, telha, PVC etc., o valor da compra vem carregado de impostos das operações anteriores, desde a matéria-prima até a venda para a construtora. Então, uma boa parte do preço desses insumos é imposto. É isso que a reforma tributária vai acabar, porque a nota fiscal vai destacar o imposto separadamente.

Mendonça na relatoria do Master esfria crise no STF

Magistrado é apontado como um novo protagonista da Corte

/ CASO MASTER

O sorteio do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), para substituir Dias Toffoli no caso Master foi lido como uma saída com potencial de arrefecer os questionamentos sobre a condução do caso, pelo menos por enquanto. Essa avaliação é feita tanto por ala da Corte como por integrantes do governo Lula (PT), que o descrevem como um magistrado técnico, discreto e duro nas suas posições.

A relatoria do caso Master, no entanto, seria a primeira prova de fogo do ministro desde sua posse no STF, já que se trata de uma investigação rumorosa cujo alcance no mundo político ainda não é claro. Isso pode tornar o magistrado alvo de pressões, e a forma como ele vai conduzir o caso só será possível de aferir no curso do processo, avaliam observadores do tribunal.

Com o caso Master, o magistrado também é apontado como um novo protagonista da Corte, por também acumular o comando do caso do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Até então, a atuação do ministro Dias Toffoli era alvo de questionamentos por eventuais conflitos de interesses pela condução do inquérito, como quando o ministro impôs sigilo à investigação. Toffoli chegou a fazer críticas à PF publicamente enquanto era relator, e o presidente Lula defendeu nos bastidores que o magistrado deveria se afastar do caso.

Para auxiliares de Lula ouvidos pela Agência Folhapress, o fato de o magistrado ser um indicado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pode ser positivo para aliviar a tensão em torno do governo, por frustrar quaisquer insinuações de eventuais tentativas de intervenção.

Mendonça também é apontado como um ministro pouco habilidoso politicamente dentro do Supremo, o que o torna, em alguns momentos, afastado dos demais. O ministro é tido como alguém que preza por uma postura fiel aos próprios entendimentos e é pouco dado às articulações internas.

Esse traço do perfil dele aponta para, segundo pessoas com interlocução com a corte, uma difi-



Ministro também acumula o comando de investigação do caso do INSS

culdade de leitura sobre os passos que o magistrado pode dar caso a investigação volte a incluir integrantes da corte.

Uma ala do governo aposta na atuação técnica do ministro, tendo como base seu trabalho na relatoria da investigação da fraude nos benefícios previdenciários, descrito como ortodoxo do ponto de vista regimental e processual.

Apesar do prognóstico, ministros do governo recordam que o PP e o União Brasil estão no cerne das investigações. Lembrando a origem do magistrado e sua relação com integrantes do centrão, outra ala do governo aponta preocupação quanto à suscetibilidade de Mendonça à pressão de parlamentares do grupo.

Um auxiliar de Lula diz que é “preciso ter couro” para conduzir ações contra aliados e que o juiz só será testado efetivamente no curso do processo.

Ainda assim, prevalece a leitura de que a saída de Toffoli serve para aplacar a crise na corte, que ameaçava atravessar o Carnaval. Colaboradores diretos do presidente afirmam, ainda, que Lula não deve opinar sobre o inquérito, repetindo que STF e Polícia Federal têm autonomia.

Para o governo, o tema é de discussão interna do Supremo, e a demanda principal era de que a relatoria fosse assumida por alguém sem envolvimento no tema e que trouxesse estabilidade.

Auxiliares do Planalto também apontam que a conduta de Mendonça na relatoria do inquérito que investiga as fraudes do INSS traz uma perspectiva positiva para a condução do caso

Master daqui para a frente.

Apesar de o magistrado ter apoiado Toffoli internamente em relação ao relatório produzido pela PF, a expectativa é a de que ele queria se diferenciar do colega na condução do caso.

A postura do ministro nos processos da fraude nos descontos de benefícios previdenciários é a referência para a perspectiva de condução das irregularidades do Master também entre seus pares, auxiliares e advogados que frequentam a corte.

Um dos horizontes previstos pelas defesas de alguns dos nomes centrais da apuração é a concessão de cautelares mais duras e mesmo a decretação de prisões de envolvidos no escândalo.

Mendonça também substituiu Toffoli na relatoria do caso do INSS, em agosto do ano passado. Na ocasião, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, contestou a relatoria do ministro.

Pouco tempo depois de assumir o processo, o ministro desobrigou os investigados Antonio Carlos Camilo Antunes, conhecido como “Careca do INSS”, e Maurício Camisotti de deporem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista do Congresso sobre os desvios.

O Careca do INSS e Camisotti, no entanto, foram presos na véspera dessa decisão, em 12 de setembro, por ordem de Mendonça. A comissão solicitou ao ministro que a participação deles fosse mantida mesmo assim, mas ele rejeitou o pedido e respondeu que os investigados podem optar por faltar à oitiva. O processo corre sob sigilo de Justiça.